

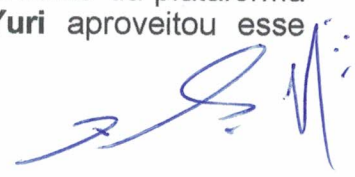


CEADH

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, ASSISTÊNCIA SOCIAL E DIREITOS HUMANOS
CÂMARA MUNICIPAL DE PETRÓPOLIS

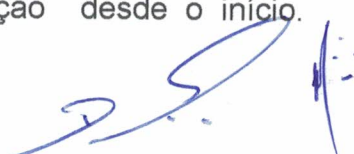
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA SOBRE DISCUSSÃO DO ENSINO REMOTO NAS ESCOLAS MUNICIPAIS DE PETRÓPOLIS E A CONVOCAÇÃO DOS APROVADOS NO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO REALIZADO EM 2020

Ao primeiro dia do mês de março do ano de 2021, no Plenário da Câmara Municipal de Petrópolis, às dezenove horas e quatorze minutos, o vereador **Yuri Moura**, presidente da Comissão de Educação, Assistência Social e Defesa dos Direitos Humanos da Câmara Municipal de Petrópolis (CEADH), declarou aberta a presente Audiência. O vereador iniciou cumprimentando todos os presentes e deu início à Audiência Pública para a discussão do Ensino Remoto nas Escolas Municipais de Petrópolis e a Convocação dos Aprovados no Processo Seletivo Simplificado da Secretaria de Educação realizado em 2020. O Vereador esclareceu que a Audiência é de iniciativa da Comissão Permanente de Educação, Assistência Social e Defesa dos Direitos Humanos da Câmara Municipal de Petrópolis (CEADH), convocada de acordo com o edital 004/2021 desta comissão, com inserção em jornais de grande circulação e amplamente divulgada. A seguir, o vereador **Yuri** convidou para comporem a mesa os demais vereadores membros da CEADH, a Sra. Gilda Beatriz (vice-presidente) e o Sr. Domingos Protetor (vogal). Convidou, também, a Secretária de Educação do Município, a Sra. Márcia Palma; a professora Rose Silveira, representando o Sindicato Estadual dos Profissionais de Educação do Estado do Rio de Janeiro (SEPE); o professor Frederico Fadini, participando de forma remota e representando o Sindicato dos Professores de Petrópolis e Região (Sinpro); a professora Glaucia Zanine Caire, participando de forma remota, representando a Liga dos Educadores; o professor Jelcy Correa, presidente do Conselho Municipal de Educação (Comed), também participando remotamente; a Sra. Tatiana Pereira, de forma remota, representando as mães e pais de alunos; a Sra. Silvia Pereira, representante da União Estadual dos Estudantes (UEES). O vereador presidente da audiência prosseguiu convidando, ainda para compor a mesa de debates, a Dra. Andrea Carius, defensora pública do Núcleo de Atendimento à Família, Juventude e Idoso; o Dr. Marcílio, representando a Defensoria Pública da Vara da Infância e da Juventude de Petrópolis; o Sr. Fabio Junior, secretário chefe de gabinete, representando o Executivo Municipal. Encerrando esse momento inicial, o vereador **Yuri** agradeceu a presença da Dra. Giovana González, presidente da Comissão dos Direitos da Educação da OAB. Iniciando a discussão, propriamente, o vereador **Yuri** agradeceu a presença de todos e explicitou os motivos da convocação da Audiência, a saber, prestar esclarecimentos e discutir a realidade do município no que tange ao ensino remoto, analisando os desafios colocados pela pandemia, a situação dos servidores e servidoras da educação do município, bem como discutir a situação de todos os trabalhadores da educação que aguardam a convocação do processo seletivo. Dando continuidade, o vereador **Yuri** dirigiu-se à secretária Márcia Palma afirmando saber não se tratar de um desafio simples, mas destacando a importância dessas questões serem discutidas por todos os interessados no processo de ensino e aprendizagem na rede municipal, de maneira pública. Para dar início ao debate, o vereador **Yuri** passou a palavra para a Secretária de Educação Márcia Palma. A secretária iniciou sua fala cumprimentando a todos e explicando que havia trazido sua equipe para demonstrar e explicar todo o trabalho que vinha sendo realizado pela secretaria de educação desde 2020, bem como o funcionamento da plataforma utilizada para as atividades de ensino remotas. A partir desse momento, a professora **Glória Maria Vargas**, chefe do Departamento de Ensino Fundamental da SME, adentrou ao plenário para iniciar uma exposição acompanhada de apresentação de slides, sobre a implantação do ensino remoto e o funcionamento da plataforma utilizada pelo município denominada "Educa em Casa". O vereador **Yuri** aproveitou esse

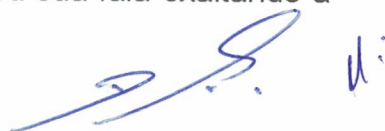


momento para agradecer a presença, a participação de toda a população na plateia e através da

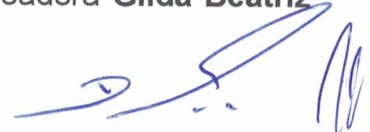
TV Câmara e das redes sociais da Câmara Municipal de Petrópolis. A professora **Glória Vargas** apresentou slides explicando, em nome da Secretaria de Educação, o percurso relacionado ao ensino remoto de 2020 a 2021. A apresentação, inicialmente, trouxe o contexto de implantação do ensino remoto: a interrupção das aulas devido à Pandemia do Novo Coronavírus, com base no decreto 1088, de 13/03/2020. A professora ressaltou que a primeira preocupação da secretaria foi manter o vínculo das famílias com as escolas, o atendimento da alimentação e assistência social das famílias mais vulneráveis, bem como dar continuidade às atividades escolares, ainda que de forma remota. Relatou que o trabalho foi elaborado pela SED, inicialmente em diálogo com o Comed, o Sepe e com apoio do setor de tecnologia (DTEC) e da comunicação (Ascom). Segundo a **Sra. Glória**, a secretaria, inclusive orientada pelo Sepe, não convocou os professores, mas convidou os que quisessem colaborar. A partir disso, lançou a plataforma "Educa em Casa", em 20/04/2020 com a aprovação do Comed e com custo zero. A professora **Glória** apresentou, ainda, os números levantados com as unidades escolares referentes aos acessos às atividades de ensino remoto e a variação desses números ao longo do ano de 2020. Revelou, também, que em muitas escolas o WhatsApp foi uma ferramenta bastante utilizada, inclusive chegando a substituir o uso da plataforma. Considerou os locais em que não há conectividade e os alunos que não possuíam acesso à internet, foram pensados os materiais impressos. Afirmou que com o apoio da rede de transporte da SED e com a distribuição de kits de materiais escolares, foi possível, segundo a professora, a utilização dos materiais impressos. Algumas unidades entregaram os materiais semanalmente e a maioria quinzenalmente. Informou que os materiais impressos para serem entregues, foram os mesmos postados semanalmente na plataforma. A professora elencou potencialidades e desafios do processo. Explicou que houve uma tentativa de negociar parcerias para a transmissão de conteúdos pela Televisão, sem sucesso, mas que essa ainda não era uma possibilidade descartada. Finalizou sua apresentação, a professora **Glória Vargas** destacou o caráter coletivo da construção de todo o processo de ensino remoto pela secretaria. A seguir, o vereador **Yuri Moura** disse possuir alguns questionamentos, mas decidiu passar a palavra aos convidados antes de fazê-los. Aproveitou para citar a presença dos vereadores que chegaram após o início da Audiência para compor a mesa: o vereador Eduardo do Blog e o vereador Marcelo Lessa e corrigiu a apresentação do defensor Marcílio, agora chamando Marcílio de Souza Costa Brito, do 8º Núcleo Regional de tutela coletiva. Convidou a secretária **Márcia Palma** que pediu autorização para apresentar a plataforma Educa em Casa. Ela lembrou ainda que o próprio MEC demorou um tempo considerável para oferecer um norte para as secretarias de educação, destacando que a SED de Petrópolis já estava com o seu ensino remoto funcionando (com apoio da FGV, do Comed, da Undime e de outros parceiros) quando o MEC se posicionou, por volta de maio de 2020. Dando prosseguimento, a secretária **Márcia Palma** passou a palavra para a professora **Simone Rebello Malheiros de Medeiros**, integrante da equipe da Secretaria de Educação, que iniciou uma apresentação da plataforma Educa em Casa, com o notebook conectado ao telão do plenário, acessando a plataforma em tempo real. A professora demonstrou o layout e o funcionamento da plataforma nas suas diversas interfaces: do professor, do aluno, do gestor, etc. Inclusive registrou que muitas pessoas que estão participando remotamente adiantaram, durante todo esse período inicial de transmissão, questionamentos, via chat, sobre carência de professores nas escolas e a convocação dos aprovados no processo seletivo realizado pela secretaria de educação em 2020. A seguir, o vereador **Yuri** agradeceu as apresentações da SED e passou a palavra aos demais convidados. A professora **Rose Silveira**, do Sepe, que iniciou sua fala prestando solidariedade às milhares de famílias brasileiras que perderam entes queridos vítimas da Covid-19. Ela lembrou que todos estavam na Audiência por causa da pandemia, por causa das perdas de vidas, por causa do descaso do governo brasileiro com os trabalhadores da educação nesse momento, destacando que em 2021, um ano depois do início da pandemia, estavam ainda começando a "tatear" no ensino remoto, promovendo encontros como esse. Destacou, ainda, que não defendia o ensino remoto, que ela e o Sepe eram adeptos do ensino presencial, que nunca esperou estar na posição em que estava, defendendo melhorias no ensino remoto, mas alegou que era a alternativa que se tinha no momento para atender à população. A **Sra. Rose** disse que reconhecia o esforço da Secretaria de Educação em relação ao ensino remoto, sua ousadia em se lançar no desafio da construção de uma plataforma própria de ensino e destacou que o Sepe acompanhou sua implementação desde o início.



Entretanto, ela disse que para que essa “ideia bonita” pudesse acontecer era necessário investimento, que não adiantava ter uma plataforma ótima e cheia de recursos interessantes se os professores e alunos não tivessem acesso à internet de qualidade e equipamento adequado. Assinalou que os professores estavam sobrecarregados, estressados e adoecendo devido a não conseguir realizar seu trabalho de forma adequada. Enfatizou, também, que as atividades exibidas na apresentação da plataforma eram um exemplo de trabalho que demanda horas de dedicação prévia do professor que elaborou. Nesse sentido, afirmou que urge o respeito ao 1/3 da carga horária do professor que deve ser destinado ao planejamento de aulas e atividades e que isso é previsto em lei desde 2009, mas até hoje não foi implementado no município. Falou ainda sobre a necessidade de elaborar uma forma de os alunos e os professores terem acesso à internet. Sugeriu que isso fosse feito minimamente fornecendo aos alunos um chip e internet dedicada. A **Sra. Rose** trouxe, também, uma solicitação em relação à plataforma: que seja retirada a função de compartilhamento das aulas, uma vez que isso envolve direito de imagem do profissional, direito autoral sobre o conteúdo da aula e os professores não devem ser obrigados a compartilhar seu material de autoria com outras pessoas que não sejam seus alunos e gestores. Ressaltou que ali o Sepe estava fazendo uma solicitação oficial para que fosse retirado o ícone de compartilhamento das aulas da plataforma no facebook ou em outras mídias. Finalizando, falou sobre a formação dos profissionais, afirmando que muitos não sabiam utilizar as tecnologias disponíveis e precisavam ser treinados com rapidez, visto que as aulas já haviam começado e que já estavam ocorrendo atividades através da plataforma desde 2020. Além disso, observou que estava nas mãos do Governo Municipal as muitas das melhorias necessárias como a aquisição de equipamentos para professores e alunos, as melhorias nas condições de acessibilidades, entre outras. A seguir, o vereador **Yuri** agradeceu a presença e a apresentação (da plataforma Educa em Casa) da professora Simone Medeiros, chefe do Departamento de Educação Infantil da SED, e a presença de Luciano Mathias, chefe do Departamento Jurídico do Sepe. Em seguida, passou a palavra à vereadora **Gilda Beatriz**, que cumprimentou a todos os presentes e a todos os que participavam de forma remota. Iniciou sua fala trazendo uma preocupação com a efetividade do funcionamento da plataforma, destacando que na apresentação tudo parece funcionar adequadamente, mas que ela vinha recebendo muitas reclamações de professores que não se sentiam preparados para operar a plataforma. A partir disso, a vereadora questionou se houve e como foi a formação dos profissionais para utilizar a plataforma. Em segundo lugar, a vereadora trouxe o questionamento sobre a existência de um suporte para auxílio tanto de professores quanto de alunos durante o uso – um suporte de uma equipe de informática, por exemplo. A Secretaria disponibilizou algum suporte? Se sim, como funcionou isso? Finalizando, a vereadora **Gilda** questionou como está acontecendo a inclusão dos alunos com deficiência nesse ensino remoto, explicitando que ela fez um levantamento e apurou que cerca de 30% desses alunos não possuem acesso à internet. Em seguida, o vereador **Yuri Moura** passou a palavra à defensora pública **Dra. Andrea Carius**. A defensora saudou a todos e iniciou esclarecendo que no dia 28 de janeiro de 2021 a Defensoria enviou um ofício à secretária de educação com cópia para o prefeito, contendo alguns questionamentos, constando de 28 itens. Segundo a defensora, a maioria deles foi respondida e ela ficou de repassar as respostas ao vereador posteriormente. Em seguida, a defensora fez alguns questionamentos acerca do que foi apresentado pela secretaria durante a audiência até aquele momento. Em primeiro lugar, questionou o que a secretaria tem feito e planejado para suprir os problemas relacionados à dificuldade de acesso à internet e a equipamentos por parte dos alunos e de suas famílias. Em seguida, trouxe dados sobre problemas com falta de acesso ao ensino remoto no Brasil inteiro. Mencionando a resposta do Município ao ofício enviado pela Defensoria, a **Dra. Andrea** destacou que 16,5% dos alunos da rede não possuíam acesso à internet, de acordo com levantamento feito pela própria SED. Diante disso, a defensora questionou como a secretaria está atendendo a esses excluídos digitais para fornecer educação de qualidade. A defensora questionou, ainda, se já tinham sido feitos e quais foram os ajustes nas escolas da rede para o momento em que for permitido o retorno presencial das aulas. Finalizando, a Dra. questionou qual seria o público alvo da plataforma Educa em Casa (qual a faixa etária mínima dos alunos que utilizam) e se houve/havia algum treinamento para as unidades escolares, professores e gestores para orientar alunos com dificuldade em manusear a plataforma. Além disso, quis saber, também, qual a solução para os alunos que não conseguiam utilizar de maneira nenhuma, se houve/haverá material impresso ou alguma outra alternativa. A defensora encerrou sua fala exaltando a



importância de a Secretaria de Educação ouvir os professores durante toda a condução do processo e lembrando que, por mais que a Secretaria esteja num esforço considerável para uma plataforma de qualidade, sem computador, sem celular, sem internet e sem chip isso tudo cai por terra. A defensora disse que já havíamos passado de um ano de pandemia e não podíamos nos acostumar com as dificuldades. O vereador **Yuri** aproveitou a fala da defensora para trazer questionamentos que foram enviados por e-mail à comissão (no endereço de e-mail ceadh@cmp.rj.gov.br). Os questionamentos foram os seguintes: 1) Como foi o tratamento dispensado aos profissionais que trabalham em mais de uma escola para serem preservados de trabalhar além da carga horária devida? 2) Como funcionou a interação da plataforma com outras ferramentas como Google Meet, Zoom, WhatsApp etc. (destaque para os problemas gerados pelo fato dos professores estarem sendo estimulados a utilizar seu número de WhatsApp pessoal, ficando expostos fora do horário de trabalho)? 3) Como a capacitação para os profissionais, está sendo/foi/será feita? 4) Como funcionou/funcionará a plataforma no que concerne ao recorte específico das turmas de EJA? O **defensor Marcílio** pediu a palavra, endossando a fala da defensora Andréa sobre o problema de os professores estarem precisando utilizar seus próprios recursos para atender às demandas do ensino remoto. Ele destacou que ficava muito preocupado com a falta de assistência aos professores. Destacou que era necessário oferecer equipamentos e acesso à internet aos professores, bem como encontrar um mecanismo para que esses professores não precisassem utilizar suas redes sociais pessoais para interagir com seus alunos. O vereador **Yuri** passou a palavra para a professora **Glaucia Caire**, representando a Liga dos Educadores. A Sra. **Gláucia** trouxe como primeira observação que a pandemia escancarou as dificuldades da rede e por isso se impôs ainda mais a necessidade de melhorias nas condições de trabalho dos professores, equiparando o valor pago pelo RETH (horas extras praticadas pelos professores da rede) com o salário de cada profissional, colocando em prática a lei que institui um terço da carga horária de trabalho dos professores para planejamento de atividades e aulas e a realização de concurso público para suprimento definitivo das carências de profissionais. Além disso, a professora destacou a necessidade de se pensar a inclusão dos alunos que não possuíam acesso à internet e equipamentos - preocupação compartilhada por todos os que discursaram até o momento - bem como a necessidade de os professores e profissionais especializados no atendimento de alunos com deficiência estarem em contato constante com os professores de todas as áreas, para que a inclusão ocorra da forma mais efetiva possível. Sobre esse assunto, ressaltou que, até aquele momento, o atendimento especializado a esses alunos ainda era considerado como um reforço, uma classe especial, algo que já era rechaçado, inclusive, pela esfera federal. Alertou que precisávamos avançar nesse caminho. Finalizando, a professora **Glaucia** destacou a necessidade de pensar a questão dos alunos que não tinham acesso à internet. Informou que essa impossibilidade de acesso aprofundava ainda mais o abismo entre alunos que conseguem interação com os professores e os que não conseguem. Enfatizou, ainda, que já havia se passado mais de um ano desde o início da pandemia que condicionou o ensino remoto, evento que não estava nem próximo de chegar ao fim, e não houve investimentos significativos na melhoria das condições técnicas e de acesso. A gestão municipal anterior, inclusive, havia investido menos que o recomendado em educação nos últimos dois anos. A professora **Gláucia** reafirmou que educação era investimento e não gasto. Disse que, assim como todos da liga dos professores, defendia transparência e ampla divulgação do plano de retomada das aulas presenciais. O vereador **Yuri** concordou com a fala da professora Glaucia e completou dizendo que no momento em que se encontravam da pandemia, o retorno presencial era uma hipótese inviável, de forma que eram urgentes melhorias na plataforma e na qualidade do acesso ao ensino remoto. Informou, ainda, que sobre a questão do RETH, mencionada por Glaucia, esse era um problema que havia afetado até mesmo o processo seletivo que também estava em discussão na Audiência. O vereador **Yuri** destacou que o problema da precarização das relações de trabalho na prefeitura vinha se arrastando por várias gestões, e precisava ser pensado. Passou, então, a palavra ao vereador **Domingos Protetor**, vogal da CEADH, que destacou a importância da Audiência. O vereador revelou que estava de posse de dados dos últimos 30 minutos referentes ao aumento da ocupação dos leitos destinados a pacientes com covid na cidade, o que demonstrava ser inviável um retorno presencial, tornando ainda mais urgentes as discussões estabelecidas pela Audiência Pública em questão. Finalizando, o vereador sinalizou que recebeu muitas reclamações de pessoas dos distritos mais afastados do centro, de regiões como o Brejal, afirmando possuir os equipamentos, mas não o sinal. A vereadora **Gilda Beatriz**

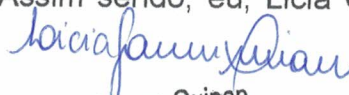


pediu novamente a palavra para questionar à secretária de educação como os intérpretes de libras estavam trabalhando. O vereador **Yuri Moura** reiterou o pedido para que a secretária olhe com carinho a indicação feita por seu gabinete indicando majorar os valores do RETH, o que poderia fazer com que os servidores deixassem o processo seletivo (preferindo optar pelo RETH) e abrissem espaço para os trabalhadores e trabalhadoras que tanto se dedicaram nos últimos anos na qualidade de contratados por RPA e que, desde 2020, ficaram abandonados, sem nenhuma perspectiva de participar do ensino remoto. A Sra. **Rose Silveira**, do Sepe, entrevistou lembrando que o sindicato defendia um piso mínimo comum a todos, não podendo permitir que contratados pelo processo seletivo ganhassem mais que professores em RETH. Dessa forma, foi proposto que o vencimento fosse o piso inicial da categoria B1, que é o cargo de concurso para o professor com graduação, também para o processo seletivo, e que a remuneração do RETH respeitasse o enquadramento de cada professor que o estivesse praticando. O vereador **Yuri** passou, em seguida, a palavra para **Tatiana Pereira**, representante dos responsáveis por alunos da rede. A Sra. **Tatiana** começou informando que durante todo o processo de ensino remoto em 2020 os pais de alunos procuraram por diversas vezes a secretaria, questionando sobre os problemas que enfrentavam com a plataforma, e que a SED sempre respondia informando que “estava tudo bem” e jogava a responsabilidade das falhas para as escolas, omitindo que a plataforma tinha problemas que precisavam ser corrigidos. Questionou os investimentos feitos pela Prefeitura uma vez que havia sido divulgado em jornais e rádios que Petrópolis foi a cidade que menos investiu em educação durante a pandemia entre os municípios da região. Questionou, também, como isso foi possível, se todos os contratados por RPA – que não eram poucos – foram demitidos, economizando o valor dos seus pagamentos. A Sra. **Tatiana** destacou a existência de escolas que não possuíam nenhum ou pouquíssimos professores efetivos, tendo só a equipe gestora responsável por tocar o ensino remoto. O resultado foi a grave falta de acompanhamento e interação dos professores com os alunos. Finalizou, afirmando que viu uma modificação na plataforma naquele dia (01 de março de 2021), mas que ainda não era possível afirmar se houve melhorias. Revelou ainda que, junto de um grupo de pais, protocolou um pedido para que os professores fossem contratados para suprir as carências. O vereador **Yuri Moura** corroborou os questionamentos de Tatiana, relatando também ter recebido muitas denúncias de carência nos quadros de horários das escolas e solicitando um posicionamento da Secretaria sobre isso. Passou a palavra para o vereador **Eduardo do Blog**. **Eduardo** cumprimentou todos os presentes e iniciou esclarecendo que apesar de não ser profissional da educação nem membro da CEADH, estava ali, participando da Audiência em respeito à sociedade que é toda interessada no tema e que ocupava também a posição de pai de uma aluna da rede pública. O vereador demonstrou enorme preocupação com os problemas de acesso dos alunos, sobretudo em áreas rurais, destacando que muitas vezes o problema não é só de acesso à internet, mas de acesso às escolas para retirar o material impresso, já que o transporte público estava circulando em menor quantidade e apresentando vários problemas. Além disso, os professores também enfrentavam dificuldade de acesso, muitas vezes, utilizando recursos próprios para desempenhar seu trabalho. O **Sr. Eduardo** sinalizou que já havia sido dito tudo, mas que gostaria de reiterar sua preocupação em cobrar todos os pontos abordados. O vereador afirmou que, com todo respeito à secretária **Márcia** e ao chefe de gabinete do executivo, que estavam ali presentes, nada estava sendo cobrado do atual prefeito interino que dissesse respeito a gestões anteriores, mas que era imprescindível cobrar ações presentes de quem estava na gestão no momento presente. Finalizou pedindo ao governo transparência nas medidas tomadas até o momento e dali para a frente. O vereador **Yuri Moura**, antes de passar a palavra à **Silvia Pereira**, representante dos estudantes, leu mais um questionamento recebido pela CEADH por e-mail. Novamente uma pergunta sobre quando seriam convocados os aprovados no processo seletivo de 2020. A Sra. **Silvia Pereira**, afirmou que tentaria não repetir os questionamentos propostos por todos até aquele momento e reiterou a importância de melhorias, tanto na plataforma quanto no acesso dos alunos. Destacou que aquela audiência não era momento de enfrentamento, mas de buscar pontos em comum, para solucionar questões importantes. Yuri passou, então, a palavra para o professor **Jelcy Corrêa**, representando o Conselho Municipal de Educação, que iniciou sua fala lembrando que o ensino remoto era uma medida de exceção absoluta. O **Sr. Jelcy** afirmou que o COMED fez todos os encaminhamentos possíveis com a secretária **Márcia**, definindo que os ciclos de 2020 e 2021 seriam únicos, pois não teria sentido reprovações nesse contexto. O professor chamou atenção para o fato de o maior problema ser a questão da acessibilidade e conexão, destacando que era

algo que não afetava apenas o direito à educação, mas à cidadania de uma forma geral. Afirmou que o gargalo estava exatamente nessa questão da conexão, e que a prefeitura deveria se debruçar prioritariamente sobre isso, possivelmente com recursos como o FUST (Fundo de Universalização de Serviços de Telecomunicações), ou outros. O professor afirmou que não imaginava que qualquer gestor público teria tamanha irresponsabilidade a ponto de recomendar um retorno integral ao ensino presencial ainda no ano de 2021 com a vacinação caminhando de forma tão lenta como estava ocorrendo. Finalizando, o professor **Jelcy** mencionou que a rede estadual de ensino estava trabalhando com sistema de conexão patrocinada pelo governo, sugerindo que a prefeitura fizesse o mesmo com a rede municipal. O vereador **Yuri Moura** passou a palavra ao professor **Frederico Fadini**, representante do Sinpro, e abriu inscrições para falas dos presentes na plateia que desejassem participar do debate. O professor **Frederico** deu início ao seu posicionamento afirmando que a pandemia de covid-19 acometeu a educação, num momento em que outras mudanças já se faziam necessárias e se colocavam como desafio. A principal questão citada foi o uso de novas tecnologias nas atividades educacionais, que segundo o professor, podem impactar de forma bastante positiva o processo educacional. Entretanto, destacou que o Brasil sofria de uma grave incapacidade de planejamento de projeto de médio e longo prazo, o que fazia com que qualquer novidade fosse extremamente difícil de ser administrada. O professor **Fadini** destacou que ficou feliz com o resultado da plataforma Educa em Casa apresentado nesta audiência, lembrando que a rede estadual de ensino também desenvolveu uma ferramenta, mas que de uma forma geral tudo isso foi aplicado tardiamente, não por culpa de governo A ou B, mas por nossa incapacidade de planejamento. Informou que previa, diante disso, uma demora ainda muito grande para a efetivação de soluções, e salientou sua preocupação – e de todo o Sinpro – com equipamentos e internet de qualidade para professores e alunos. Ressaltou, também, que muitos professores vieram até aquele momento trabalhando com recursos próprios, retirando esses recursos de suas famílias para condicionar melhor seu trabalho. Questionou à secretaria se existia, além da plataforma desenvolvida pela prefeitura, alguma política para reduzir essa carência de equipamentos e conectividade de professores e alunos. Questionou, ainda, a precarização da relação com os professores, destacando os contratos por RPA e, muitas vezes o fato desses profissionais terem sido em vários anos letivos, contratados em maio ou junho e demitidos em outubro ou novembro, servindo mesmo como tapa-buracos. **Yuri** deu prosseguimento com o momento aberto para os inscritos da plateia em que a assessoria da casa trouxe duas intervenções enviadas pela população, através das redes sociais, destacando a participação de cerca de 250 pessoas através desse meio. Na primeira, a Sra. **Angélica Proença** comentou que as famílias, em sua maioria, não conseguiam dar suporte tecnológico e nem pedagógico aos filhos no ensino remoto. A Sra. **Maíra Canato** foi a próxima participante, comentando que não havia um direcionamento único (por parte da secretaria), o que fazia com que algumas escolas sobrecarregassem os profissionais. Por fim, a Sra. **Karina Albuquerque** questionou como iriam suprir as necessidades da rede em relação à carência de professores e à convocação imediata dos aprovados no processo seletivo de 2020. Na plateia, **Luciano Mathias**, diretor jurídico do Sepe Petrópolis, se inscreveu para falar e destacou que a pandemia escancarou as desigualdades sociais já existentes em nosso país e os problemas em nosso sistema de educação municipal. O Sr. **Luciano** lembrou a mudança feita em 2017 no PCCS (Plano de Cargos, Carreira e Salários) da educação do município, que foi prejudicial para os profissionais da rede e acabou impactando sobre os graves problemas que estavam sendo enfrentados no momento. Com isso, destacou a necessidade imediata de que o executivo municipal promovesse investimentos (financeiros) para mitigar os problemas de falta de acesso, equipamentos e precarização das condições de trabalho. O Sr. **Luciano** direcionou sua fala/pedido ao executivo e aos vereadores. O vereador **Yuri** destacou novamente a indicação legislativa que propôs em parceria com o Sepe para corrigir essas distorções do PCCS, que precarizavam as condições de trabalho dos profissionais da educação. Em seguida, também na plateia, outra participante, que se apresentou apenas dizendo também ser professora, questionou a ausência de aulas síncronas (com interação entre professores e alunos) no processo de ensino remoto apresentado pelo município, destacando que havia apenas o envio de atividades e vídeos – atividades de educação à distância e não de ensino remoto. Destacou ainda que chat, fórum, vídeo tutoria, entre outras, eram ferramentas trazidas do ensino à distância para o ensino remoto e que, para sua utilização devia se obedecer às regulamentações existentes para tal (Whatsapp, em que pesasse ser um ótimo auxílio, não se configurava como ferramenta para ensino à

distância, nem para ensino remoto, pois não era aceito pelo Conselho Nacional de educação). No segundo questionamento perguntou como funcionavam as avaliações nesse contexto de ausência de aulas síncronas. Questionou ainda se houve, em 2021, algum projeto de resgate do que ficou defasado em 2020. Finalizando, questionou se os professores foram ouvidos para pensar o processo de ensino remoto e destacou que isso seria obrigação da Secretaria do ponto de vista da legislação referente à gestão democrática e perguntou, ainda, se não seria interessante que o Município pensasse num plano de capacitação (semelhante ao que ocorria com os conselheiros tutelares, por exemplo) para os profissionais que seriam convocados a partir do processo seletivo em discussão. O vereador **Yuri** anunciou que formaria logo após a Audiência um grupo de trabalho (GT) para zelar pelos encaminhamentos que fossem extraídos dali naquela noite. Deixou aberto o canal de comunicação através do e-mail da CEADH para aqueles que quisessem contribuir com o GT. A equipe da Secretaria de Educação iniciou as respostas aos questionamentos. Sobre a educação especial, a professora **Bianca** esclareceu que foram criados espaços específicos para os alunos com necessidades especiais, inclusive para serem atendidos remotamente no contra turno (além do espaço regular). Além disso, foi aberto um espaço para os pais desses alunos na plataforma. Esse espaço, destacou a professora, foi utilizado para orientações a todos os pais, não só de alunos com necessidades especiais de ensino. Ressaltou, ainda, que a formação não deixou de ocorrer, pois foi montado um grupo de estudos com os orientadores da rede, constando de 12 encontros e do estudo de um livro para apoiar na solução aos problemas que viriam com o ensino remoto. O vereador **Yuri Moura** enfatizou que alguns questionamentos se repetiram em quase todas as falas, notadamente sobre ensino remoto e processo seletivo para provimento temporário de vagas de magistério. Segundo o vereador **Yuri**, existiu uma carência na rede municipal e, por isso, cerca de um mês antes da Audiência já havia pedido informações sobre a falta de professores, mas não obteve retorno. Destacou que era importante o conhecimento desse cenário, pois era isso que mostraria como era fundamental a convocação imediata do processo seletivo realizado em 2020. O vereador **Yuri** frisou que essa era uma dor dos pais e dos servidores, e que era necessário, sim, melhorar a plataforma, mas também garantir um número adequado de profissionais. Além disso, evidenciou também as dúvidas sobre como seriam providenciados os equipamentos para os professores e se existia alguma perspectiva de algo nesse sentido para os alunos. Antes de responder, a secretária **Márcia** pediu que a professora **Glória** respondesse ao questionamento sobre as aulas síncronas. A **Sra. Glória** respondeu que até setembro de 2020 houve apenas educação à distância, e que, a partir de setembro foi buscada uma interação entre professores e alunos, algo que reconhecem que não ocorreu integralmente. Explicou que existia uma grande dificuldade dos professores e alunos tanto no acesso como no uso da plataforma, que precisavam ser superados. A professora insinuou que investir na formação dos professores deveria mitigar esse problema. Afirmou que não acredita que todos os problemas do ensino remoto seriam resolvidos até o final de 2021, mas que acreditava que diálogos como esse que estava ocorrendo ajudariam a avançar nesse sentido. A professora **Glória** defendeu ainda que, existia sim um direcionamento da rede para o trabalho nas unidades. E que no ano de 2021 os horários dos professores foram elaborados de acordo com o seu turno. Destacou ainda que o WhatsApp não fosse aceito como meio oficial pela rede, mas que era o único meio disponível para muitos alunos e, por isso, também não podia ser desconsiderado. Finalizando, respondeu que o resgate dos conteúdos em defasagem já foi pensado desde 2020, através de planos interventivos, pois não era viável no momento uma extensão de carga horária. O vereador **Yuri** pediu, então, que a secretária respondesse aos grandes questionamentos feitos e de forma bem objetiva. A **Sra. Márcia Palma** justificou que não poderia deixar de trazer sua equipe para explicar todo o esforço que foi realizado por todos até aquele momento. Disse que o esforço foi grande e que todos os alunos foram atendidos de alguma forma: os que não tiveram acesso à internet foram até a escola buscar atividades impressas ou receberam nas suas casas através do sistema de transporte escolar da rede que realizou essa entrega. Sobre o equipamento para os professores, a **Sra. Márcia** afirmou que já começaram a resolver. Mencionou a entrega de notebooks aos professores e vale internet para eles, mas não definiu uma data. Disse que estavam estudando também a possibilidade de liberar um chip com dados para os alunos, também sem prazo ou meta para entrega. Complementando, afirmou que a SED já estava com encontros de formação para os professores organizados, prestes a iniciar, para tirar dúvidas dos professores e ouvi-los. Para finalizar, a **Sra. Márcia Palma** falou sobre a carência de professores, dizendo que essa carência era uma herança que vinha

sendo acumulada há alguns anos, mas ela não teria uma data definida para solucionar esse problema. Afirmou que tinha o quantitativo de carência por função e por unidade escolar e que poderia enviar. Continuou dizendo que existia a perspectiva de convocação sim dos professores aprovados no processo seletivo, mas que estavam encontrando dificuldades devido ao sancionamento da Lei Complementar 173, posterior à realização do processo seletivo, que podia impactar na contratação de pessoal para a SED. Ressaltou que já vinha discutindo isso com a procuradoria do município, não possuía data ainda para o início da convocação, mas acreditava que dentro de 15 dias já teria um posicionamento a respeito. O vereador **Yuri** interveio dizendo que os estudos realizados pelo jurídico do seu gabinete o demonstraram que a LC 173 não seria um problema, pois não se tratava de novos profissionais e sim reposição de profissionais aposentados e/ou exonerados ou que abandonaram seus cargos por outros motivos. Sobre a implementação de 1/3 da carga horária dos professores para planejamento, a Sra. **Márcia** continuou, dizendo que era a favor e trabalharia para isso, mas que não gostaria de cometer o erro que outros municípios cometeram ao implementar sem um estudo de impacto, o que acabou resultando na incapacidade de pagamento dos salários de todos os profissionais por falta de recursos. A Sra. **Rose Silveira** também interferiu dizendo que o Sepe já procurou o executivo, já solicitou à secretaria um estudo de impacto e que já havia sugerido implementar metade do tempo de planejamento no ano de 2021 e a outra metade em 2022. Por fim, a Sra. **Rose** destacou que era urgente a convocação do processo seletivo e a posterior realização de concurso público para todos os cargos da secretaria de educação. O vereador **Yuri Moura** passou a palavra, para as considerações finais, ao chefe de gabinete do executivo, **Fabio Júnior**. O Sr. **Fábio** manifestou contentamento pela discussão, que segundo ele, levaria a construir boas soluções e destacou que o executivo municipal, na figura do prefeito interino Hingo Hammes, valorizava esse canal e a tomada de decisões baseada em diálogo franco e aberto com todos os setores da sociedade envolvidos em cada decisão. A vereadora **Gilda Beatriz** fez suas últimas considerações reforçando a importância do chamamento dos aprovados no processo seletivo o mais rápido possível e da elaboração de um planejamento para o ensino remoto a curto, médio e longo prazo, já que a pandemia não estava dando sinais de que acabaria tão breve. Além disso, a vereadora elogiou a todos pela audiência, agradecendo aos presentes. Da mesma forma, a Sra. **Silvia Pereira** encerrou agradecendo a participação na Audiência, assim como o vereador Domingos Protetor, que elogiou a iniciativa e disse que a Câmara dos Vereadores estava mudando para melhor com iniciativas como essa. O vereador **Yuri Moura** finalizou a audiência revelando, em apertada síntese, os seguintes encaminhamentos, que foram erguidos na Audiência Pública, afirmando que seriam acompanhados pela CEADH: 1) convocação imediata do processo seletivo de professores realizado em 2020; 2) aprovação das indicações legislativas sobre aumento do Regime Especial de Horas Temporárias (RETH), apresentadas pelo vereador Yuri Moura; 3) Organização de um plano de implementação de 1/3 de planejamento para professores junto ao Sepe; 4) Garantia de capacitação e apoio técnico permanente para professores e alunos quanto ao ensino remoto (apresentação de calendário/cronograma); 5) Garantia de acesso: uso de internet dedicada e compra de equipamentos para servidores e alunos; 6) Evolução no formato das aulas: maior interação, ferramentas síncronas e atenção à defasagem do conteúdo de 2020 e avaliações; 7) Melhorias na relação das famílias com as unidades de ensino: acolhimento, orientação de estudo e informações. Nada mais havendo a tratar, às 22:53, o vereador **Yuri Moura** declarou encerrada a audiência. Assim sendo, eu, Licia Gomes Quinan, redigi e assino esta ata. Petrópolis, 01 de março de 2021.



Licia Gomes Quinan
Assistente de Apoio às Comissões
Mat. 1716.045/21


Yuri Moura
Vereador


Domingos Protetor
Vereador

